

## MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

**Título:** Desoneração tributária do ICMS: uma abordagem da Lei Complementar 87/96

**Autora:** Ana Lúcia Pacheco de Deus Mundim e Avellar

**Orientador:** Luiz Antônio Abrantes

**Data da defesa:** 07/04/2008

As mudanças ocorridas na legislação tributária, principalmente aquelas originadas de acordo intergovernamental, implementadas na Constituição de 1988, culminaram no fortalecimento da autonomia dos estados e municípios. No caso dos estados, dando prosseguimento às reformas tributárias iniciadas na década de sessenta e já previstas na Constituição de 67, destaca-se o tratamento dado, pela Constituição de 1988, à desoneração de ICMS sobre as exportações. Assim, com o intuito de incentivar as exportações e elevar os investimentos internos para incrementar a produção nacional, foi promulgada a Lei Complementar nº. 87/96 que, além de regulamentar a legislação do ICMS, promoveu sua desoneração sobre as exportações de produtos primários e semielaborados e de serviços e instituiu o aproveitamento de crédito na aquisição de ativo imobilizado. Entretanto, considerando a perda de arrecadação dos Estados, a União foi obrigada a manter um fundo de compensação. Neste aspecto, procurou-se pesquisar a influência da referida lei na exportação e no resultado fiscal dos estados. Adotou-se uma metodologia baseada em modelos econométricos de dados em painel, utilizando dados referentes ao período entre 1991 e 2005. Verificou-se que, após a implementação

da lei, houve crescimento das exportações, principalmente para os produtos básicos que, em 2005, juntamente com os produtos semimanufaturados, se concentrou nos estados de SP, MG, RS, PR e RJ. No caso da arrecadação de ICMS, a taxa de crescimento foi menor que no período anterior à lei. Ao comparar com a redução na taxa de crescimento encontrada nas exportações, observa-se que esta foi superior para o ICMS, demonstrando que, após sua vigência, houve queda na arrecadação dos estados. Quanto ao efeito de compensação do seguro receita/fundo orçamentário, observou-se que os estados, cuja pauta de exportação se concentra nos produtos básicos e semimanufaturados, obtiveram maiores perdas. No total repassado pela União aos estados, entretanto, houve compensação. Este fato leva à conclusão de que, em geral, o objetivo final da Lei Complementar 87/96 em acelerar o crescimento das exportações foi cumprido, bem como o repasse aos estados. No entanto, é necessário rever sua forma de distribuição, tendo em vista que alguns estados apresentaram perda.

**Título:** A atuação da agência de fomento de Minas Gerais na implementação da política pública de Ciência, Tecnologia e Inovação

**Autora:** Annik Passos Marôcco

**Orientador:** Afonso Augusto Teixeira de Freitas de Carvalho Lima

**Data da defesa:** 23/04/2008

Essa dissertação apresenta a análise e descrição da implementação da agenda de políticas de CT&I com base na definição do Plano Mineiro de Desenvolvi-

mento Integrado – PMDI, elaborado no período de 2004 a 2007. Estudaram-se a evolução das legislações e das normatizações de ciência, tecnologia e inovação, e seus conceitos e aplicações na política industrial do cenário brasileiro. Empregaram-se os conceitos e as contribuições da Teoria da Agência nas relações institucionais entre o Governo Federal (Finep) e Governo Estadual, representado pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e uma agência de fomento do Estado de Minas Gerais. O objetivo do estudo foi analisar as relações de cooperação e parceria entre as instituições para a execução do Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas – Pape. Com o estudo dos instrumentos legais que suportaram a relação da agência entre as referidas instituições, buscou-se averiguar como foi a atuação da agência de fomento no cumprimento da agenda de políticas de CT&I orientadas para o desenvolvimento tecnológico no setor produtivo de Minas Gerais. A metodologia aplicada focou uma abordagem predominantemente qualitativa com características de pesquisa descritiva a fim de possibilitar a formação de uma ideia mais ampla sobre a atuação da agência de fomento. O acesso direto aos documentos públicos e não-públicos possibilitou um estudo de caso aprofundado das relações institucionais e a aplicação da análise de conteúdo detalhada sobre a importância da agência de fomento em induzir e implementar políticas de CT&I no desenvolvimento tecnológico mineiro. No final desta pesquisa, verificou-se que os instrumentos de controle (convênios) criados para os projetos tecnológicos do Pape interferiram na efetivação da po-

lítica, direcionando as instituições a buscar seus objetivos e a cumprir parcialmente com as políticas de CT&I estabelecidas pelo governo estadual. Aventou-se a possibilidade de avaliar a aplicação de um novo instrumento de controle, no caso o contrato de gestão (Acordo de Resultados), para melhor gerenciar os arranjos de cooperação e parcerias, como também os processos de gestão de políticas estaduais de CT&I.

**Título:** Avaliação do processo de implementação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), em Minas Gerais, na percepção dos dirigentes das instituições habilitadas

**Autora:** Jânia Cosme Zancanella

**Orientador:** Adriel Rodrigues de Oliveira

**Data da defesa:** 26/02/2008

Tendo em vista a importância atribuída ao microcrédito como instrumento de geração de emprego e renda e desenvolvimento da economia local, o Governo Federal instituiu o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) com o intuito de incentivar a geração de emprego e renda entre os microempreendedores populares; disponibilizar recursos e apoio técnico às instituições habilitadas, visando ao seu fortalecimento; e melhorar a prestação de serviços ao empreendedor popular. Assim, este estudo objetivou avaliar o funcionamento e os desdobramentos do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) nas instituições habilitadas em Minas Gerais e conhecer as percepções dos sujeitos sociais sobre os progressos

e suas perspectivas. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas aplicadas aos dirigentes das instituições que estão trabalhando com recursos do Programa e com o ex-coordenador, além de questionário aberto aplicado aos demais dirigentes das instituições. A metodologia que deu suporte aos objetivos deste trabalho foi a qualitativa, por meio da análise de conteúdo. Trechos importantes foram destacados, surgindo, então, categorias de análise, e as interpretações foram feitas, contrapondo trechos dos relatos com a literatura. Verificou-se que os procedimentos para habilitação e implantação são simplificados, a única exigência é a utilização do Plano de Contas Padrão, mesmo assim para as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscips. O Programa foi um marco para o microcrédito no País, porém ainda não tem cumprido seus objetivos de oferecer apoio técnico e disponibilizar recursos de forma satisfatória. Além disso, a morosidade na execução dos programas e projetos no Brasil tem atrapalhado seu desempenho, uma vez que os projetos apresentados nas oficinas e seminários ainda não foram colocados em prática. As mudanças políticas e econômicas no Brasil têm gerado incertezas quanto à continuidade do Programa, em virtude da falta de uma estrutura sólida dentro do governo, tornando-o vulnerável às modificações no sistema político. A tendência é que as instituições de microcrédito se transformem em redes ou cooperativas de crédito para se fortalecerem e assim fusões serão realizadas para ganhar novos mercados. O Programa não gerou mudanças significativas no funcionamento das instituições. Ainda

existem muitas dificuldades a serem superadas para que ele venha a melhorar o desempenho das instituições de microcrédito. No entanto, as perspectivas dos dirigentes são otimistas. A expectativa é de que o Programa venha a consolidar os seus objetivos de fomentar e capacitar as instituições.

**Título:** A contribuição dos Programas de Integração de novos funcionários para a gestão estratégica de pessoas: o caso da Prefeitura de Belo Horizonte – MG

**Autora:** Juliana Borges Martins

**Orientador:** Adriel Rodrigues de Oliveira

**Data da defesa:** 28/02/2008

Em um contexto de mudanças na administração pública brasileira, a área de recursos humanos, principalmente no que se refere às políticas de capacitação, torna-se essencial como implementadora das reformas propostas, desde a década de 1990, quando o País importou os preceitos da Administração Pública Gerencial. Com este princípio, realizou-se o estudo de caso da Secretaria Municipal Adjunta de Recursos Humanos da Prefeitura de Belo Horizonte, MG, para analisar o Programa de Capacitação do Novo Servidor dessa prefeitura, buscando identificar elementos de gestão integrada e gestão estratégica. A pesquisa foi realizada por meio de pesquisa documental, observação não-participante, entrevista e questionário. Para obter maior confiabilidade dos resultados, realizou-se a triangulação de dados, contemplando abordagens qualitativa e quantitativa. Na abordagem qualitativa, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, à luz da Teoria de Múltiplos Pa-

péis para análise da gestão estratégica. Na abordagem quantitativa, os dados foram compilados com base na análise de frequência simples e relativa. Verificou-se que o Programa de Capacitação do Novo Servidor apresenta elementos de gestão integrada na sua estruturação e implementação, porém não está estruturado sob elementos de gestão estratégica. Acredita-se que a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte esteja caminhando para um modelo gerencial na forma de conduzir sua política de recursos humanos, mas a estrutura política da administração pública brasileira, muitas vezes, dificulta determinadas ações.

**Título:** Análise da eficiência dos programas de pós-graduação acadêmicos em Administração, Contabilidade e Turismo

**Autor:** Ney Paulo Moreira

**Orientadora:** Nina Rosa da Silveira Cunha

**Data da defesa:** 26/03/2008

Este estudo teve como objetivo identificar os critérios de eficiência adotados na metodologia utilizada pela Capes na avaliação dos programas de pós-graduação acadêmicos em Administração, Contabilidade e Turismo, bem como aplicar um modelo alternativo para avaliação da eficiência desses programas, além de possibilitar reflexão sobre os fatores determinantes de sua eficiência, no triênio 2004/2006. Para atingir os propósitos da pesquisa, foram utilizados análise documental, Análise Envoltória de Dados (DEA) e modelo de regressão censurada (Tobit) com dados em painel. De acordo com os resultados, nota-se que os critérios relativos à eficiência

empregados na avaliação da pós-graduação referem-se à produção bibliográfica dos programas e à capacitação de mestres e doutores. Os resultados da avaliação da eficiência revelaram que os programas de pós-graduação foram mais eficientes em 2006, seguido por 2004 e 2005, respectivamente. Notou-se ainda que os programas com até cinco anos de funcionamento se mostraram, em média, menos eficientes. Dentre os fatores determinantes da eficiência, observou-se que os programas com maior número de alunos matriculados foram mais eficientes, sugerindo que alcançam maior eficiência quando operam em maior escala. Observou-se ainda que o envolvimento dos docentes em projetos de pesquisa, bem como a participação de membros externos aos programas em suas atividades, influenciam positivamente o nível de eficiência. Essas ações devem ser incentivadas de forma a maximizar a eficiência dos programas de pós-graduação acadêmicos em Administração, Contabilidade e Turismo, contribuindo para o desenvolvimento científico das referidas áreas do conhecimento.

**Título:** Análise da implementação da Política Nacional de Irrigação no Norte de Minas Gerais: o caso do Projeto Jaíba

**Autora:** Simone Martins

**Orientadora:** Suely de Fátima Ramos Silveira

**Data da defesa:** 21/02/2008

Com a pesquisa exploratória, buscou-se verificar se o processo de implementação da Política Nacional de Irrigação no norte de Minas Gerais atendeu à política formulada. Para isso, numa

abordagem qualitativa, realizou-se um estudo da implementação do Projeto Jaíba, investigando as relações institucionais estabelecidas entre os agentes executores. Para a análise das relações, foi utilizado o modelo Teoria da Agência, que possibilitou melhor compreensão dos papéis desempenhados pelas partes e ainda evidenciar condições para o aperfeiçoamento dos mecanismos utilizados nos processos de gestão de políticas públicas e do modelo teórico, para melhor aplicação na administração pública. Para conhecimento do processo de implementação como um todo, a análise foi baseada nos modelos clássicos top down e bottom up. Verificou-se que a implementação não ocorreu num ambiente muito favorável, de acordo com os pressupostos do modelo top down, e que afetou a política formulada, mas apenas em parte. Tal afirmação é baseada nas evidências de que ocorreram problemas relativos ao processo de gestão e interferências externas não previstos na formulação. Percebeu-se que não há um processo acabado, mas sim um contínuo movimento de interação entre uma política em mudança e uma estrutura de relações de grande complexidade.

## MESTRADO EM ECONOMIA

---

**Título:** Função de produção agregada e crescimento econômico de longo prazo dos estados brasileiros no período de 1980-2002: uma análise empírica com dados em painel

**Autor:** Airton Lopes Amorim

**Orientador:** Geraldo Edmundo Silva Junior

**Data da defesa:** 27/02/2008

Novos “fatos estilizados” sobre o crescimento econômico de longo prazo vêm colocando em dúvida o uso convencional da especificação Cobb-Douglas, como representativa da tecnologia de produção agregada nas análises, teóricas e empíricas, sobre crescimento econômico. Diante dessa observação, uma alternativa possível seria o uso de uma especificação mais geral, como a função CES. Motivado por essa possibilidade, o objetivo do presente trabalho, foi o de testar a especificação da função de produção agregada para uma amostra composta por 26 estados brasileiros, buscando avaliar se a função de elasticidade de substituição constante entre os fatores de produção, a CES, representaria de forma mais adequada a tecnologia de produção dos estados brasileiros, e verificar a consequência dessa hipótese para o crescimento econômico dos mesmos. Para isso, foi apresentado um modelo de crescimento econômico, nas linhas do modelo neoclássico, sem progresso técnico e com propensão a poupar exógena, com uma função de produção CES. A análise empírica foi realizada com base na técnica de dados em painel, para o período de 1980 a 2002. Os resultados sugeriram que a especificação CES seria a mais adequada para representar a função de produção agregada da economia dos estados brasileiros, uma vez que o valor estimado da elasticidade de substituição dos fatores foi, estatisticamente, superior à unidade. O valor estimado e o parâmetro de substituição foi negativo, indicando a possibilidade de crescimento endógeno para os estados brasileiros. Os resultados apontaram, também, para a importância de fatores não observados como a habilidade dos trabalhado-

res (não apenas medida pelos anos de escolaridade), aspectos culturais, entre outros, que teriam papel importante em explicar as variações no PIB dos estados. Por fim, os testes para diferenças na elasticidade de substituição entre os fatores permitiram verificar que, realmente, existe uma diferença na elasticidade de substituição para as diferentes regiões do Brasil. Diferença, que poderia estar associada ao acesso a novos métodos de produção, ou seja, à inovação.

**Título:** Crescimento econômico no Estado do Maranhão: uma análise espacial dos dados para o período de 1991 a 2000

**Autor:** Alex Sandro Aires da Cunha

**Orientadora:** Rosa Maria Olivera Fontes

**Data da defesa:** 16/05/2008

O presente trabalho teve como objetivo analisar empiricamente se os municípios do Estado do Maranhão passaram por um processo de convergência de renda per capita no período de 1991 a 2000. Foi identificada presença de autocorrelação espacial positiva e significativa entre as localidades dos municípios do Estado e suas respectivas taxas de crescimento econômico no período de 1991 a 2000, entre as localidades dos municípios e seus respectivos PIBs per capita em 1991 e entre as localidades dos municípios e seus respectivos PIBs per capita em 2000, que permitiram identificar os efeitos de externalidades espaciais sobre eles e suas extensões geográficas. Assim, a autocorrelação espacial positiva indicou que, em geral, municípios com altas taxas de crescimento do PIB per capita no período de 1991 a 2000 ten-

dem a ser rodeados também por municípios com altas taxas de crescimento do PIB per capita no período de 1991 a 2000; e/ou municípios com baixas taxas de crescimento do PIB per capita no período de 1991 a 2000 tendem a ser rodeados também por municípios com baixas taxas de crescimento do PIB per capita no período de 1991 a 2000. Como a autocorrelação espacial assumiu a forma de erro autor-regressivo, o modelo mais apropriado para analisar o crescimento econômico com a presença de dependência espacial nas cidades maranhenses na década de noventa foi o modelo proposto por Rey e Montouri (1999), em que o termo de erro  $\hat{\epsilon}$  da equação original de  $\hat{\alpha}$ -convergência de Barro e Sala-i-Martin (1992) segue um processo espacial autorregressivo, ou seja, o modelo de Erro Espacial. Os resultados obtidos indicaram evidência de convergência condicional das rendas per capita desses municípios. Isso significa que tais municípios se movem para suas próprias rendas per capita de estado estacionário, perpetuando, assim, as disparidades entre eles. Fica destacado o papel do Estoque de Capital Humano, do Índice Tecnológico Agropecuário (ITA) e da Taxa de Urbanização na promoção de externalidades positivas, que geram crescimento econômico não só para um município, mas também para sua vizinhança. A econometria espacial mostrou-se uma ferramenta econométrica importante para este estudo. Portanto, a existência de dependência espacial entre os municípios pode sugerir que investimentos públicos devem ser regionalmente coordenados. Vale destacar a importância dessas variáveis no crescimento econômico da região Sul do estado do Maranhão.

**Título:** Fatores relevantes no desempenho brasileiro no mercado internacional de pedras preciosas

**Autor:** Hilton Manoel Dias Ribeiro

**Orientador:** Orlando Monteiro da Silva

**Data da defesa:** 10/04/2008

O Brasil é um dos principais centros de produção de pedras preciosas, tanto em termos de quantidade, quanto de variedades produzidas. Contudo, esse setor ainda se desenvolve de forma incipiente, em que a informalidade e clandestinidade foram, durante muito tempo, palavras-chave. Questões como alta carga tributária, processos burocráticos no setor exportador e gestão inadequada ainda são grandes gargalos. Assim, o objetivo principal deste estudo foi analisar a inserção brasileira no comércio internacional, bem como avaliar os determinantes da demanda mundial por esses produtos. Para tanto, foram calculados e avaliados indicadores de competitividade selecionados. A evolução das exportações foi decomposta em diferentes efeitos pelo método Constant Market Share (CMS) e, por último, foram estimadas as regressões para explicar os determinantes do fluxo de comércio do setor. Os resultados encontrados confirmam o potencial competitivo brasileiro do setor de pedras preciosas no mercado internacional, além de evidenciar a importância que o crescimento do comércio mundial e a escolha de mercados de destino mais dinâmicos têm sobre a evolução das vendas externas. No entanto, concluiu-se que a melhoria da competitividade e a maior participação brasileira no mercado internacional dependem de ajustes internos, que seriam refletidos diretamente nos preços relati-

vos. Há necessidade de reformulações e de políticas específicas para a cadeia produtiva, a fim de que se tenha uma adequação tributária, e que haja uma incorporação de tecnologia e treinamento de pessoal, fatores tão importantes que reduzem a informalidade e ineficiência persistentes. Tudo isso contribuirá para o desenvolvimento de indústrias de lapidação e joias.

## MESTRADO EM ECONOMIA DOMÉSTICA

---

**Título:** União homoafetiva e conjugalidade: a construção social de novos arranjos familiares

**Autora:** Carla Beatriz Faria

**Orientadora:** Maria de Fátima Lopes

**Data da defesa:** Fev. 2008

O trabalho problematizou a união de duas pessoas do mesmo sexo biológico que se relacionam afetiva e sexualmente. União esta, denominada nesta dissertação de união homoafetiva. A problematização foi levantada a partir de um diálogo com o campo da Antropologia, da Sociologia e do campo jurídico. Entendeu-se a família como um modelo social sempre em construção que pode e deve ser apropriado como uma categoria analítica, não sendo possível fornecer conceitos prontos e acabados. Diversas formas de família podem ser visualizadas dependendo do espaço, do lugar e do tempo considerado, podendo-se dizer que diversos arranjos familiares coexistem. Neste contexto analítico, reconhecemos um dos novos modelos de arranjos familiares, as uniões de duas pessoas do mesmo sexo biológico

que se relacionam afetiva e sexualmente, dando origem às uniões homoafetivas. Nesta dissertação, contextualizou-se a família como modelo social, pensando-a como uma categoria analítica e modelo social, verificando o tratamento concedido a ela pelo campo jurídico, o que foi necessário para identificar quais são os arranjos reconhecidos como família pelo direito, verificando-se como ficam os demais arranjos que não são assim considerados. Em termos jurídicos, quando o Estado se apropria da terminologia família, disciplinando-a por intermédio de suas leis, conseqüentemente, exclui de sua tutela jurisdicional outras modalidades de arranjos familiares, em especial as uniões homoafetivas. Com base numa abordagem qualitativa, foi realizado um estudo de caso, valendo-se da entrevista semiestruturada e de observação direta. Os dados construídos foram interpretados via análise de conteúdo. Com base nesse material, pôde-se perceber que os casais homoafetivos, na maioria dos casos, identificam-se socialmente como uma modalidade de arranjo familiar, buscando, assim, o reconhecimento da sua união como tal, postulando uma regulamentação jurídica legal que possa ser utilizada nos impasses que ocorrerem. Identificamos que a união homo ainda possui resistência das famílias, do ambiente de trabalho e da sociedade. As narrativas construídas indicam na perspectiva local que se as pessoas assumissem a opção sexual, alguns preconceitos poderiam ser evitados e isto acabaria por facilitar o reconhecimento jurídico da união, pois seria possível perceber que a união homoafetiva abrange situação vivenciada por diversas pessoas da sociedade. Essa dissertação aponta para a

necessidade de estudos mais aprofundados, sendo repensada a família dentro do contexto social atual, verificando a possibilidade de as uniões homoafetivas serem vistas como novos sujeitos de direito, merecendo, portanto, reconhecimento e atualização do campo jurídico.

**Título:** Educação Infantil no município de Juiz de Fora: múltiplas dimensões de um campo social

**Autora:** Joselaine Cordeiro Pereira

**Orientadora:** Maria de Lourdes Mattos Barreto

**Data da defesa:** Fev. 2008

A pesquisa apresentada nessa dissertação elaborou uma análise acerca da constituição do campo do atendimento à infância especificamente no município de Juiz de Fora, Minas Gerais. A partir de processos históricos e políticos, procurou mapear o atendimento oferecido no período de 1978 – 1988, com vistas a identificar os agentes sociais desse campo, com especial atenção aos movimentos sociais. A partir da opção pela pesquisa de cunho qualitativo com perfil exploratório, foram analisados os dados constantes na base de dado documental constituída por documentos oficiais e técnicos, bem como por periódicos de circulação regional diária – *Diário Mercantil*, *Tribuna de Minas* e *Tribuna da Tarde* – além do jornal *Unibairros* produzido pelo movimento social de mesmo nome. O estudo revelou uma variedade de agentes sociais cujos grupamentos identificados foram: o poder público em suas três esferas – municipal, estadual e federal; as entidades



assistenciais ligadas, em sua maioria, a confissões religiosas, mormente a Católica; movimentos sociais; organismos internacionais; e instituições privadas. Possuindo os mais diversos interesses, os agentes sociais assumiram matrizes que cambiavam entre assistência e educação da infância revelando a multidimensionalidade do atendimento, bem como a própria particularidade daquela categoria geracional. O embate categórico existente entre o cuidar e o educar con-tribuiu para polarizar creche e pré-escola cindindo sua função social: uma substitui o lar, a outra prepara para a 1ª série. Por prioridade política e econômica, definiu-se o atendimento de demanda, cujo atendimento em creches voltou-se, preferencialmente, às crianças de zero a três anos, e em pré-escolas, às crianças de quatro a seis anos. As conclusões permitiram perceber também o envolvimento diferenciado dos vários órgãos e entidades que atendiam à infância. As creches ficaram sob égide da Associação Municipal de Apoio Comunitário, ligada diretamente aos órgãos da assistência e promoção social, ao passo que as unidades de pré-escolas ficaram sob responsabilidade dos setores educacionais do município – quadro que ainda persiste nos dias atuais – estando em desacordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A disputa pela competência do atendimento gerada pelo embate entre o assistencial e o educacional permitiu apreender a multidimensionalidade na qual a Educação Infantil juizforana vem se constituindo.

**Título:** Gênero, reciprocidade e reprodução social: o circuito da dádiva na prática da “freguesia” entre mulheres de São Gabriel – BA

**Autora:** Ana Ferreira Rocha  
**Orientadora:** Maria de Fátima Lopes  
**Data da defesa:** 27/02/2008

Neste estudo, refletimos sobre uma prática social entre mulheres de São Gabriel - BA, a qual na linguagem nativa é denominada ‘freguesia’, sendo diretamente vinculada ao ciclo da reprodução biológica. Trata-se de uma dinâmica em que a solidariedade e a reciprocidade das relações estabelecem uma coesão grupal e um sentimento de pertença. Problematizar a freguesia nos propiciou entender que parte do estabelecimento de vínculos sociais dessas mulheres se ancora no peso simbólico do resguardo. Recorremos à discussão de gênero, como perspectiva teórico-interpretativa e à tradição socioantropológica, junto às reflexões sobre a dádiva, por entender que essa rede é consolidada a partir de trocas, tanto materiais quanto simbólicas. A discussão sobre classe social justifica-se por ser uma prática pertinente às trabalhadoras rurais, que vivem no semiárido baiano. Agentes que, para garantir a reprodução social do grupo, produzem diversas e distintas estratégias de convivência, contando com difíceis condições materiais para a produção e reprodução social. A pesquisa demonstra que a prática da freguesia se mantém no tempo e no espaço ainda que com transformações, como a redução de jovens predispostas a entrar no âmbito das trocas locais. Ressalta-se o fato de que a dinâmica das famílias que a praticam, bem como suas condições socio-econômicas, sofreram grandes alterações no decorrer das últimas décadas, sem, no entanto, transgredir os significados da freguesia. O estudo dessa prática ampliou as

possibilidades de entender como determinadas mulheres vivenciam coletivamente as responsabilidades relativas à maternidade. O habitus da freguesia e o sentimento comum dessas mulheres têm conseguido manter a união do grupo, sendo que as consequentes trocas fogem a interesses contratuais e a obrigações legais.

**Título:** Consumo de telefone celular: significados e influências na vida cotidiana dos adolescentes

**Autor:** Gilberto Venâncio Luiz

**Orientadora:** Neuza Maria da Silva

**Data da defesa:** 25/04/2008

Neste trabalho, objetivou-se analisar o comportamento de consumo de telefone celular entre os adolescentes estudantes, com idade entre 12 a 17 anos, da cidade de Viçosa, bem como os significados desse produto na sua vida cotidiana e os impactos desse tipo de consumo nas relações familiares, extrafamiliares e no orçamento familiar. O estudo foi realizado em três etapas. A primeira etapa constou da aplicação de questionários a uma amostra de 392 adolescentes, que, por meio da técnica de cluster analysis, foram definidos os perfis de agrupamentos de adolescente em termos de tempo de posse e uso do telefone celular, renda, gastos e existência de conflitos familiares com relação ao uso do aparelho. A análise de agrupamentos demonstrou a formação de quatro perfis de adolescentes com características diferenciadas. Na segunda etapa foi realizada uma entrevista com 40 adolescentes, que já possuíam telefone celular havia mais de um ano e que haviam troca-

do o celular pelo menos uma vez. Os objetivos dessa entrevista foram a análise dos fatores motivadores da aquisição e troca do aparelho, os significados simbólicos do aparelho e as mudanças nas relações familiares e extrafamiliares dos adolescentes. A terceira etapa foi realizada com os responsáveis pelos adolescentes pesquisados na segunda etapa, por meio de entrevista, para verificar o perfil da família e as mudanças ocorridas na família depois que o filho (a) adquiriu o telefone celular e o impacto das despesas deste telefone na renda mensal da família. Os dados obtidos mostraram que os adolescentes sofrem influências do seu grupo de referência para suas ações de consumo de telefone celular. Este aparelho, por estar sempre presente na vida dos indivíduos que estão mais próximos dos adolescentes, leva-os a desejar e adquiri-lo sem medir esforços, tudo para estar na moda e se manterem como membros do seu grupo de referência. Ou seja, o jovem adolescente, com relação ao consumo de telefone celular, busca uma identidade perante seu grupo de referência e para uma melhor compreensão do mundo à sua volta. Assim, o adolescente identifica-se com determinado grupo e, a partir daí, passa a adotar suas regras, como neste estudo, em relação ao uso do telefone celular. A necessidade de estar sempre atualizado com as novas tecnologias é o principal motivador de os adolescentes trocarem seu telefone celular. Esse fato se dá também pela necessidade de estarem na moda com relação aos novos aparelhos que estão no mercado e que os membros do seu grupo de referência utilizam. As mudanças com relação à melhoria na comunicação entre eles, a maior liberdade e

confiança que os adolescentes conseguem junto aos seus pais e a maior tranquilidade e segurança que os pais adquirem por poderem manter contato constante com os filhos fazem do telefone celular um aparelho indispensável na vida das famílias. Pode-se verificar também que, mesmo tendo agrupamentos com perfis diferenciados em termos de tempo de posse e uso, gastos, trocas e conflitos com relação ao consumo de telefone celular, não se evidenciou nenhuma diferença com relação aos motivos de compra e troca do aparelho, significados e transformações no relacionamento familiar e extrafamiliar dos adolescentes, entre esses grupos que se pudesse afirmar que um desses elementos estivesse mais presente nas respostas dos entrevistados de um grupo ou de outro. Quanto à influência dos gastos com telefone celular na renda familiar, este dispositivo tem um impacto maior nas famílias de renda menor, uma vez que à medida que a renda aumenta, o percentual destinado a pagamento das despesas diminui e, à medida que a renda diminui, o percentual destinado a pagamento das despesas aumenta.

**Título:** Separação e divórcio: conflitos conjugais e qualidade de vida

**Autora:** Iglesias Fernanda de Azevedo Rabelo

**Orientadora:** Maria das Dores Saraiva de Loreto

**Data da defesa:** 18/04/2008

Diante da constatação empírica do aumento do número de separações e divórcios e também das implicações da ruptura conjugal sobre a dinâmica da

vida familiar, delimitou-se a seguinte questão de pesquisa: os conflitos relacionados à separação judicial e aos processos movidos após a separação conjugal interferem na qualidade de vida das famílias? Para responder a essa pergunta, este trabalho teve como objetivo analisar as implicações dos conflitos relacionados ao rompimento da sociedade conjugal sobre a qualidade de vida das famílias e como as situações conflitivas pós-separação judicial, materializadas em novas ações judiciais, se associam com os diferentes domínios da qualidade de vida. Como procedimento metodológico, diante da natureza descritiva e qualitativa da pesquisa, fez-se uso de entrevistas semi-estruturadas. Os resultados mostraram que, em regra, as mulheres ficam com a guarda dos filhos, resistem a novos casamentos, buscam trabalho e qualificação para conquista de maior autonomia e também como fonte de complementação de renda, além de ativarem as redes de proteção e ajuda familiar quando se separam. Os conflitos associados à ruptura da vida em comum baseiam-se em quatro pontos em que se pauta a vida do casal, quais sejam: conflitos de natureza sexual, decorrentes de falta de troca enriquecedora e da falta de projetos comuns, além de conflitos que afetam a paz, a tranquilidade e a segurança. Essas situações conflitivas se agravam pela não-administração do conflito, que é inerente às relações e, por conseguinte, não se pode apontar uma única causa para justificar o fim da união conjugal; ou seja, as causas para a desestabilização da união são variadas e multifacetadas; além disso, a relação conflituosa entre o casal, que enseja a

separação judicial, não cessa após o rompimento da sociedade conjugal. Os conflitos pós-separação, na maioria das vezes, associam-se à escassez de recursos e às relações com o ex-cônjuge. No tocante à qualidade de vida, constatou-se que a eliminação de alguns conflitos, em decorrência da separação, propiciou uma vida de melhor qualidade, especialmente no que diz respeito à melhoria nas relações sociais, com alterações no sentimento subjetivo sobre aquelas relações (amar), seja com amigos, familiares, ou outros, bem como sentimentos subjetivos de crescimento pessoal com a separação (ser). A escassez de recursos ou a insuficiência de renda foi um fator preponderante para a proposição de novas ações judiciais no sentido de alcançar uma melhoria na qualidade de vida. Outro domínio da vida determinante para o ingresso com novas ações está associado com o relacionamento, principalmente em termos da ação de conversão da separação judicial em divórcio, com vistas a uma maior liberdade e novas relações afetivas. Conclui-se que há uma incongruência na postura do Estado em estabelecer “causas” para o fim do casamento, pois, no contexto do individualismo, a relação somente se mantém quando é prazerosa e útil para os cônjuges e, por isso, há necessidade de intervenção para auxiliar os casais a administrar os conflitos inerentes às relações, proporcionando elementos para sustentação da conjugalidade e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida. Reconhece-se, assim, a necessidade dessa intervenção estatal para evitar o desgaste e a ruptura do relacionamento,

que trarão vantagens para o Estado, a sociedade e a unidade familiar.

**Título:** Concepção de crianças de 4 a 6 anos sobre o consumo de água: uma abordagem baseada no método clínico

**Autora:** Luciana Martiniano Ferreira

**Orientadora:** Maria de Lourdes Mattos Barreto

**Data da defesa:** 25/02/2008

Atualmente há uma grande preocupação com as práticas de consumo e cresce também o interesse em relação aos temas ambientais. Vários órgãos, instituições e pesquisadores desenvolvem trabalhos com enfoque nos problemas ambientais mundiais. Um dos recursos naturais alvo de preocupação dos ambientalistas e dos governantes é a água. Elemento fundamental para a vida humana, a água é utilizada em abundância por toda a humanidade. É um recurso natural de valor econômico, estratégico e social, além de ser essencial para a existência e bem-estar do homem e para a manutenção dos ecossistemas do planeta. A pesquisa teve como objetivo construir um instrumento para identificar a concepção de crianças sobre a água, como recurso natural, utilizando o método clínico piagetiano. As questões que nortearam o trabalho foram: Que tipo de instrumento permite identificar a construção do conhecimento social sobre recursos naturais de forma a possibilitar trabalhar a educação para o consumo e a educação ambiental com crianças da educação infantil? e Qual a concepção de crianças de 4 a 6 anos de idade sobre a água como recurso ambiental? Como referencial teórico, utilizou-se a

teoria piagetiana enfocando o processo de construção do conhecimento, o desenvolvimento e aprendizagem e o conhecimento social. Destacaram-se também a educação para o consumo, a educação ambiental e o método clínico piagetiano. Foram realizadas entrevistas clínicas no Laboratório de Desenvolvimento Humano (LDH) da UFV, com dois grupos de crianças de 4 a 6 anos de idade. Na coleta dos dados, destacaram-se a concepção dessas crianças sobre a origem, o uso/utilização, o destino e o consumo da água como um recurso natural, utilizando categorias de análise estabelecidas de acordo com estudos de Piaget. De acordo com os resultados, foram encontrados três níveis de compreensão sobre o tema estudado, e na construção dessas representações as crianças não se limitaram somente a reproduzir as informações que recebem do ambiente que as cerca, mas as reelaboraram dentro da sua compreensão particular do mundo social. Um instrumento para identificar a concepção das crianças sobre a água como recurso natural foi construído no decorrer da pesquisa, constituindo um roteiro de entrevista e material concreto, composto de fichas de figuras que levam às crianças situações e situações-problema sobre a questão da água. O trabalho contribuiu para revelar a importância de conhecer o que as crianças pensam sobre a água para que as instituições de educação infantil e outros níveis escolares desenvolvam trabalhos significativos a esse respeito, considerando-se as diferentes possibilidades de compreensão de cada criança, dependendo da sua idade e das suas construções intelectuais.

**Título:** Caracterização e implicações do comércio informal de alimentos para o ecossistema familiar – Viçosa-MG

**Autora:** Karine Kátia Iria

**Orientadora:** Neuza Maria da Silva

**Data da defesa:** 05/05/2008

A família brasileira está inserida num contexto de intensas mudanças sociais, políticas e econômicas. No município de Viçosa-MG e em grande parte dos municípios brasileiros, essas mudanças têm sido percebidas também no setor informal da economia. Por não se conhecerem tais mudanças, buscou-se, nesta pesquisa, reduzir essa lacuna, visando a oferecer subsídios aos tomadores de decisão quanto às políticas a serem implementadas. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho foi analisar as características e implicações do comércio informal de alimentos nos ecossistemas familiares do meio urbano da cidade de Viçosa/MG. A amostra, constituída de 35 pessoas, foi obtida por meio da técnica “bola de neve”, entrevistando-se tanto na feira de artesanato quanto na feira livre da cidade pessoas que comercializavam alimentos processados em casa, sendo os dados analisados com o auxílio do software SPSS. A análise do perfil socioeconômico e demográfico dos fornecedores de alimentos inseridos no setor informal mostrou a preponderância de homens e mulheres com mais de 40 anos, com baixo nível educacional, sugerindo que a atividade informal é capaz de absorver indivíduos com idade mais avançada e que encontram dificuldades para inserção no setor formal da economia. Essa pesquisa também detectou uma expressiva participação das mulheres no mercado informal

de alimentos, reforçando o fato de que as atividades relacionadas ao âmbito doméstico ainda são predominantemente femininas e significativas para o incremento da renda familiar. Notou-se a predominância da família do tipo nuclear e no ciclo intermediário de vida, com renda mensal variando entre um e três salários mínimos, indicando que o comércio informal de alimentos na cidade é constituído basicamente de famílias de renda relativamente baixa. Os tipos de alimentos fornecidos no mercado informal são tradicionais na cidade, estando a tecnologia adequada. Poucos entrevistados participaram de algum tipo de treinamento que os auxiliasse na produção e comercialização dos alimentos, tampouco na gestão do próprio negócio ou na administração de seus recursos financeiros. Dentre os motivos que os levaram a se dedicar à atividade informal, a necessidade de complementação da renda foi o mais citado. Constatou-se também que, na maioria das famílias, o esposo e a esposa eram os mais envolvidos na produção informal de alimentos, embora tenha sido identificada a presença de redes sociais, caracterizada principalmente pelo apoio de familiares, considerado mais duradouro e denso. Essas redes sociais envolvidas no comércio informal representam vínculos específicos e sua presença contribui para uma maior autonomia das unidades familiares, a partir do momento em que ampliam suas possibilidades de segurança financeira. Finalmente, no que diz respeito ao valor econômico da produção informal e suas implicações no ecossistema familiar, averiguou-se que, apesar da incerteza dos rendimentos gerados pelo trabalho informal, a maioria dos entre-

vistados se declarou satisfeita com a atividade informal, afirmando que a melhoria financeira foi uma das mudanças mais percebidas após se dedicarem a ela. Pode-se concluir que o comércio informal permite que as famílias se organizem de acordo com o tempo disponível, produzam conforme a habilidade e os recursos já existentes no domicílio, conjuguem momentos de lazer e de trabalho e ainda tenham a renda como fator determinante da atividade informal, existindo uma congruência entre esta atividade e as outras atividades domésticas e um sentimento de conformidade, face à situação de subsistência do ecossistema familiar.

**Título:** Cotidiano familiar e qualidade de vida de usuários dependentes de cuidado - Programa de Saúde da Família, Viçosa/MG

**Autora:** Juliana Alexandrino Santos

**Orientadora:** Maria das Dores Saraiva de Loreto

**Data da defesa:** 15/05/2008

Buscou-se nesta pesquisa compreender a realidade cotidiana e a qualidade de vida de sistemas familiares que cuidam de um indivíduo dependente no contexto do Programa de Saúde da Família (PSF). A pesquisa, de natureza quanti-qualitativa, pautou-se na teoria sistêmica das redes de significações, fazendo uso do estudo de caso. Para tanto, foram selecionadas as equipes do PSF de Nova Viçosa, Amoras e Cachoeirinha, do município de Viçosa. No processo de coleta de dados, fez-se uso de registros documentais e de entrevistas com os profissionais da Equipe de Saúde da Família

(ESF), as unidades familiares e os indivíduos dependentes. Os resultados mostraram que as atividades desenvolvidas pela ESF com as famílias envolviam, basicamente, a orientação sobre o cuidado com o dependente. O período de dependência, considerada moderada e leve, de acordo com o índice de Barthel, variou de 20 dias até 14 anos e, na maioria dos casos, os motivos eram decorrentes de doenças neurológicas. A principal mudança na vida do familiar dependente foi o fato de ele não poder trabalhar. Além disso, a dependência provocava mudanças na vida da família, principalmente em relação ao aumento das despesas e às funções desempenhadas, considerando que a mulher cuidadora tinha que conciliar o trabalho fora de casa, os afazeres domésticos e o cuidado do familiar enfermo. No dimensionamento da qualidade de vida dos indivíduos dependentes, o domínio social foi o mais expressivo, o que demonstra a importância das redes sociais, principalmente a familiar. O bem-estar psicológico também contribuiu para a qualidade de vida global. A baixa contribuição do domínio físico pode estar refletindo a hipótese da *homeostase* quanto à condição de enfermos, trazendo limitações na vida social e na percepção sobre o ambiente em que estavam inseridos. Diante deste contexto, concluiu-se que a dependência é uma questão que merece atenção por parte das políticas públicas, sendo necessária no PSF uma política específica e mais efetiva de capacitação da ESF e de atenção para os cuidadores, considerando que o PSF representa uma rede social forte no processo de um atendimento mais humanizado.

**Título:** Política de Atenção à Família: Uma Análise do Centro de Referência da Assistência Social em Guaraciaba – MG

**Autora:** Cristiane Teixeira de Oliveira

**Orientadora:** Maria das Dores Saraiva de Loreto

**Data da defesa:** 30/05/2008

No Brasil, as políticas sociais procuram definir e redefinir estratégias capazes de reduzir a pobreza e, concomitantemente, alcançar os direitos de cidadania. Porém, grande parte dos programas e projetos sociais não tem conseguido alterar o quadro de pobreza e exclusão, uma vez que muitas das necessidades e demandas dos membros das famílias vulnerabilizadas não são completamente satisfeitas. Quando as unidades familiares se deparam com os problemas específicos do grupo, somados com as dificuldades do meio social em que vivem e que não conseguem resolver, tendem a exteriorizar estas demandas através de conflitos como violência, doença e abandono. Assim, são necessárias ações capazes de prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Nesse sentido, a presente pesquisa objetivou analisar o processo de implementação e desenvolvimento do Centro de Referência da Assistência Social (Cras), a partir de uma realidade concreta: caso do Centro implantado em Guaraciaba-MG. Especificamente, pretendeu-se caracterizar o processo de criação, implantação e o desenvolvimento do Cras, identificando seus objetivos, processos de trabalho e funcionamento; identificar a configuração socioeconômica das famílias e suas con-

dições de desenvolvimento; examinar a qualidade das redes socioassistenciais para o cumprimento dos objetivos do Centro; e analisar o posicionamento do público envolvido no Cras quanto aos objetivos e funções do Centro e seu papel social. Os dados foram coletados por meio de pesquisa documental e entrevista semiestruturada com a Secretária Municipal de Assistência Social, com a equipe técnica do Cras e com as famílias usuárias do Centro. O universo da pesquisa foi constituído por 70 famílias, 20% do total de famílias atendidas no Cras, caracterizadas como nucleares, na fase de formação do ciclo de vida, com baixo nível de escolaridade, ocupações precárias e baixo nível de rendimento. Os resultados também mostraram que, apesar do pouco tempo de implantação do Cras, as ações do Centro se traduzem em um importante serviço socioassistencial, na percepção do grupo familiar pesquisado. O índice de Desenvolvimento Familiar apresentou-se abaixo da média nacional, pelas situações de exclusão e de vulnerabilidades a que as famílias se encontram submetidas. A entrevista com as famílias mostrou que, com a implantação do Cras, as famílias e seus membros passaram a realizar atividades de qualificação profissional e, ou de lazer, com maior acesso a informações e conhecimentos. Somando a isso, demonstraram grande satisfação com os novos vínculos, desenvolvendo laços de solidariedade e de cooperação na comunidade local. As crianças e os adolescentes também tiveram condições de desenvolver, por meio de diversas atividades promovidas pelo Cras, suas potencialidades, com reflexos sobre a responsabilidade e melhoria do comportamento social. Ape-

sar de toda essa contribuição para melhoria das condições de vida das famílias usuárias, o Cras não desenvolve todas as suas funções conforme recomendado pelas normas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Este fato é constatado principalmente no que se refere à carência de ações de encaminhamento das famílias e indivíduos para os serviços socioassistenciais locais, bem como pela falta de acompanhamento e monitoramento do público-alvo, revelando certa fragilidade no sistema de redes. Reconhece-se, assim, que o aprimoramento do trabalho em rede é essencial tanto para a organização e gestão do Centro quanto para que as famílias não se mantenham tuteladas aos programas de assistência social. Diante disso, pode-se concluir que o Cras não alcançou, de maneira plena, a construção do protagonismo e da autonomia na garantia da cidadania das famílias usuárias, em função da situação de dependência e de incapacitações das unidades familiares, derivada dos condicionamentos impostos pela ordem civil, socioeconômica e política.